

Economia Brasil

Crescimento é o melhor ajuste

Se o Brasil crescer 2% a 5% no segundo semestre, novo aumento de impostos poderá ser evitado

Editoria de Arte

Flávia Oliveira

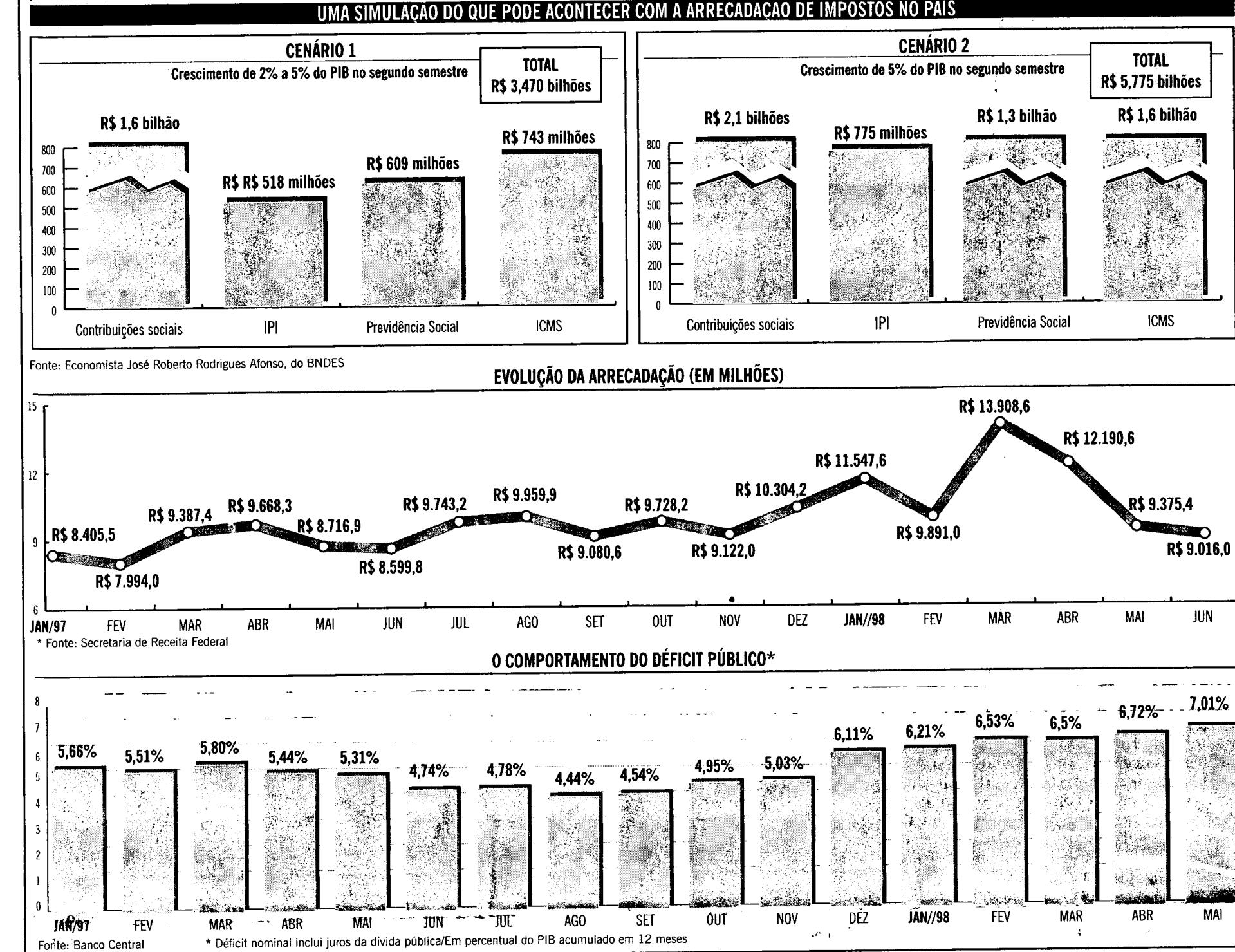
A crise da Ásia tomou novo fôlego, os investidores estrangeiros andam ariscos e o déficit público brasileiro em 12 meses aponta para 7% do PIB. Nesse quadro, apesar de a arrecadação continuar a aumentar — R\$ 9 bilhões em junho contra R\$ 8,6 bilhões no mesmo mês do ano passado — a perspectiva dos analistas é de que o Governo se encontra numa encruzilhada: ou fomenta o crescimento econômico ou aumenta impostos. E não são poucos os economistas que apostam em medidas de ajuste no fim do ano. Muitos acreditam que elas incluirão obrigatoriamente a elevação da carga tributária. Afinal, desde o Plano Cruzeiro, em 1986, ajuste fiscal no Brasil é sinônimo de aumento de impostos. Mas 98 pode ser a exceção. Especialmente, se os esforços para acelerar o crescimento do país derem resultados. Estudo do economista José Roberto Rodrigues Afonso, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), mostra que, se a economia crescer 2% no segundo semestre, o Governo vai arrecadar pelo menos R\$ 3,470 bilhões a mais com contribuições sociais, IPI, ICMS e Previdência Social.

O melhor ajuste que o Governo pode fazer é acelerar o crescimento. Metade de nossa arrecadação vem da tributação de bens e serviços para o mercado interno. Por isso, quando o PIB cresce, as receitas do Governo acompanham — afirma Afonso, chefe da Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES.

Só IR, IOF e Imposto de Importação teriam crescimento expressivo

O raciocínio do economista toma por base a perda de arrecadação que a União sofreu no primeiro semestre desse ano, em consequência da desaceleração econômica provocada pela crise asiática. A receita com o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caiu 4,1%, como resultado do desaquecimento da atividade industrial. Os recursos apurados com as contribuições sociais (que incidem sobre o faturamento das empresas) foram reduzidos em 6,3%. Crescimento expressivo só mesmo na receita com Imposto de Renda (25,6%), Imposto sobre Operações Financeiras (14,5%) e Imposto de Importação (27,6%) — todos brindados com aumento de alíquotas no pacote fiscal do fim de 97.

A pedido do GLOBO, o economista do BNDES fez uma simulação sobre o que aconteceria com essas receitas se o país crescesse 2% a 5% de julho a dezembro deste ano. Afonso estima que, no primeiro caso, o Governo conseguira apurar mais R\$ 1,6 bilhão com as contribuições sociais e R\$ 518 milhões com o IPI. Mais que isso: a Previdência



Social receberia R\$ 609 milhões, e os ganhos com o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) cresceriam R\$ 743 milhões — no primeiro semestre, houve redução de 0,6% e 0,4%, respectivamente.

Se o PIB crescer 5%, será obviamente muito melhor. Só com IPI, o Governo somaria mais R\$ 775 milhões aos R\$ 8,2 bilhões arrecadados no primeiro semestre. As contribuições sociais cresceriam R\$ 2,1 bilhões — de janeiro a junho, atingiram R\$ 18,1 bilhões. A Previdência adicionaria R\$ 1,3 bilhão aos R\$ 23,2 bilhões. No ICMS, haveria incremento de R\$ 1,6 bilhão nos R\$ 30,3 bilhões.

E não seria por falta de espaço que o Governo deixaria de aumentar a carga tributária, se julgar necessário. Um es-

tudo de Afonso, com economistas do BNDES e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), "Tributação no Brasil: características marcantes e diretrizes para a reforma", mostra que o país ainda está longe de sua capacidade máxima de arrecadação de impostos.

País já usa 80,15% da sua capacidade de arrecadação

A carga tributária brasileira está em 28,93% do PIB — quase igual a dos EUA, de 29,74%. Considerando indicadores econômicos e sociais dos países, Afonso conclui que o Brasil teria condições de arrecadar 36,09% do PIB. Estariam usando 80,15% da capacidade de arrecadação: EUA usam 53,68%, a Dinamarca, 92,86% e a França, 93,43%.

Raul Velloso, especialista na área fiscal, é outro que aposta no incremento das receitas. Por ora, ele acredita que o Governo concentra esforços na prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Se 0,20% do chamado imposto sobre os cheques vigorar no próximo ano, a União garantirá R\$ 7,2 bilhões — aproximadamente 0,9% do PIB — a mais em seu caixa no próximo ano. Especialmente quando se sabe que 0,5% do PIB — arrecadado este ano com a concessão da banda B da telefonia celular e com o recolhimento do IR sobre os fundos de renda fixa — não estará disponível no próximo ano.

— A prioridade do Governo é a CPMF, porque não se abre mão de R\$ 600 mi-

lhões por mês. Não vejo outra carta na manga, mas antes de aumentar a carga tributária, a equipe tentaria buscar recursos em medidas previstas no pacote fiscal. Eles vão começar pelo rescaldo do último incêndio — diz Velloso.

Venda de ações de estatais poderia ajudar a cobrir parte da perda

Entre essas pendências, Velloso cita a securitização da dívida (transformação dos débitos em títulos) de Itaipu com a Eletrobras. Outra medida seria a venda de ações do Governo federal em estatais até o limite do controle acionário. Há uma boa quantidade de papéis do Banco do Brasil e da Petrobras, por exemplo, a serem oferecidos no momento oportuno. ■